



1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PLENÁRIA – 24/03/2022**

2 No dia 24 do mês de março de 2022, às 13h30min, o Comitê das Bacias
3 Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê
4 Guandu/RJ, deu início à 1ª Reunião Extraordinária do Plenário, não presencial,
5 via plataforma de videoconferência (Teams), tendo como pauta os seguintes
6 assuntos: **1 - Abertura e Leitura da pauta; 2 - Aprovação das minutas de atas**
7 **das reuniões de 02/12/2021 e 20/12/2021; 3 - Referendo da Resolução**
8 **Guandu nº 167/2022 que “Dispõe, Ad Referendum, sobre a prorrogação da**
9 **Resolução Guandu nº 156/2021 referente ao funcionamento do Grupo de**
10 **Trabalho do Regimento Interno (GTRI)”;** 4 - Aprovação da minuta de
11 **Resolução Guandu que “Dispõe Sobre a Criação do Grupo de Trabalho**
12 **Técnico de Segurança Hídrica - GTTSH”;** 5 - Apresentação do Relatório
13 **Anual de Implementação do PERH Guandu - 2021 - GAP; 6 - Aprovação de**
14 **ajustes no ACT de parcerias com a ABES, aprovado pela Plenária; 7 -**
15 **Informe sobre a participação e representação do Comitê Guandu no Fórum**
16 **Mundial da Água em 2022, no Senegal; 8 - Apresentação do parecer jurídico**
17 **aprovado pela CTIL-G que esclarece alguns pontos solicitados pela**
18 **Plenária, tais como: quórum, organização para manifestação, dentre**
19 **outros; 9 - Informe sobre os apoios e participação do Comitê no Expedição**
20 **Nascentes Paraíba; 10 - Encerramento.** Às 14h:00min a Secretaria Executiva
21 comunicou a existência de quórum para iniciar a reunião em segunda chamada
22 e solicitou a leitura dos itens de pauta para dar início a reunião. Fátima Rocha
23 (AGEVAP) realizou a leitura das regras e orientações para a reunião e em
24 seguida deu início a leitura dos itens de pauta: **1- Abertura e Leitura da pauta:**
25 não houve observações sobre a leitura da pauta entre os membros participantes.
26 **2 - Aprovação das minutas de atas das reuniões de 02/12/2021 e 20/12/2021:**
27 Ana Asti (SEAS) questionou à Secretaria Executiva se houve contribuições via
28 e-mail. Fátima Rocha (AGEVAP) respondeu que não. Uiana Martins (FONASC)
29 questionou sobre um item grifado na minuta de ATA referente à 4ª Reunião
30 Ordinária do Plenário do Comitê Guandu/RJ do dia 02/12/21, onde constava que
31 na reunião dia 26/08 a Secretaria Executiva informou que Ariane estaria
32 oficialmente indicada por ofício como representante da AMBEV e informou não
33 ter entendido como uma aprovação, mas sim que a AMBEV apenas enviaria o
34 ofício. Por isso, solicitou cópia da gravação em outras reuniões de plenária e
35 voltou a solicitar a gravação da reunião do dia 26/08. Informou que consta na
36 página do Guandu que há suplente AMBEV, afirmando ser irregular, pois



37 nenhuma instituição tem suplente, e que, portanto, a AMBEV também não
38 deveria ter. Ana Asti (SEAS) questionou à Secretaria Executiva se há algum
39 esclarecimento a ser prestado. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que na época
40 isso foi corrigido, pois havia um erro de digitação no site. Uiara Martins
41 (FONASC) informou que o erro permanecia, disse se lembrar da Fátima Rocha
42 (AGEVAP) dizer que estava aguardando o ofício. Fátima Rocha negou e insistiu
43 que o erro do site foi corrigido no mesmo dia da Plenária da época. Ana Asti
44 (SEAS) encerrou a discussão informando à Uiara Martins (FONASC) que ela
45 receberia a gravação. Fátima Rocha (AGEVAP) reforçou a necessidade de um
46 e-mail solicitando novamente a gravação, ao que Uiara respondeu que mesmo
47 o pedido constando em ata, enviará o e-mail. Uiara Martins (FONASC)
48 mencionou também a existência de documentos que estavam assinados por
49 Paulo de Tarso (antigo Diretor do Comitê Guandu) e que foi surpreendida ao
50 saber da sua saída da direção. Ela questionou, então, quando foi que ele deixou
51 o cargo, porque até a presente ATA havia sido assinada por ele. Ana Asti (SEAS)
52 questionou a Secretaria Executiva se Paulo de Tarso estava como Diretor do
53 Comitê quando assinou as Atas. Antônio Mendes (AGEVAP) respondeu que em
54 dezembro ele ainda era diretor geral e disse que iria buscar a data exata de sua
55 saída, mas adiantou que embora ele tenha saído em 2022, exerceu a função em
56 boa parte do mês de janeiro, e que desde então, Ana Asti (SEAS) e Marcelo
57 Danilo Bogalhão (ANAGEA) passaram a assinar os documentos. Ana Asti
58 (SEAS) retomou o questionamento da Uiara Martins sobre a representação da
59 AMBEV, localizada na linha 093 da ATA. Releu o item e questionou novamente
60 a Secretaria Executiva se a informação estava correta. Fátima Rocha (AGEVAP)
61 confirmou, pois no mesmo dia da reunião (26/08) o ofício que legitimava a
62 representação havia sido encontrado. Ana Asti (SEAS) reforçou que a Uiara fará
63 o pedido e a gravação será enviada à Uiara Martins e solicitou que iniciassem a
64 votação de aprovação ou não das duas Atas. Antônio Mendes (SEAS) iniciou a
65 chamada nominal: Tatiana Bastos (IDC), Hélio Vanderlei (INEA), Celso Júnior
66 (FCC), Esdras (FAMEJA), Hendrik Mansur (TNC), Mário Amaro (Piraí), Mayná
67 Coutinho (CEDAE), Sabina (FURNAS), Ana Asti (SEAS), Marcelo Danilo
68 (ANAGEA) e Rodrigo Hosken (ABES) aprovaram as duas Atas. Luiz Fernando
69 (EMBRAPA) se absteve, pois, a instituição não esteve presente em nenhuma
70 das reuniões em questão e Uiara Martins (FONASC) se absteve por estar
71 aguardando a gravação da reunião do dia 26/08. Licínio M. Rogério (FAM-RIO)
72 e Caroline Lopes (Águas do Rio) não votaram por serem suplentes. A votação
73 foi encerrada com ambas Atas aprovadas por 12 votos. Gilvoneick Souza



74 (Defensoria Ambiental) complementou o questionamento da Uiara Martins a
75 respeito da saída do Paulo de Tarso da diretoria, pois sendo ele representante
76 da FIRJAN, suas últimas faltas sem justificativa deveriam implicar na exclusão
77 da instituição das reuniões, de acordo com o regimento. Questionou também o
78 voto de Mayna Coutinho pela CEDAE - Saneamento, uma vez que, hoje, só
79 existe a CEDAE Abastecimento. Ana Asti (SEAS) informou que tais
80 esclarecimentos seriam prestados no final da reunião e introduziu o próximo item
81 de pauta: **3 - Referendo da Resolução Guandu nº 167/2022 que “Dispõe, Ad**
82 **Referendum, sobre a prorrogação da Resolução Guandu nº 156/2021**
83 **referente ao funcionamento do Grupo de Trabalho do Regimento Interno**
84 **(GTRI)”** Fátima Rocha (AGEVAP) realizou uma breve apresentação do Grupo
85 de Trabalho do Regimento Interno e citou a resolução que prorrogou seu tempo
86 de atividades. Informou que houve a necessidade de uma nova prorrogação
87 deste prazo (12 meses), que acabaria em março de 2022. Foi solicitada à
88 Diretoria Colegiada a aprovação Ad Referendum para mais um período de
89 atividades para o GTRI, para que concluísse as análises de artigos e parágrafos
90 do regimento para que este seja aprovado ainda este ano pelas instâncias do
91 Comitê. Tatiana Bastos (IDC) perguntou o que falta para que a revisão do
92 regimento interno seja concluída e Uiara Martins (FONASC) respondeu que há
93 demora mas que também há baixa participação e convidou os demais para
94 participarem das reuniões, informou que o ponto do regimento em andamento é
95 o processo eleitoral e pediu para que Fátima Rocha informe o tema da próxima
96 reunião do GTRI, que será também o tema do próximo capítulo do documento e
97 outros pontos para a finalização do regimento. Ana Asti (SEAS) pediu que Fátima
98 Rocha trouxesse a informação assim que possível para que toda a plenária
99 tivesse ciência do andamento da elaboração do documento e solicitou que fosse
100 iniciada a votação para aprovação ou não da resolução que posterga o prazo do
101 Grupo de Trabalho. Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a chamada: Mayná
102 Coutinho (CEDAE), Celso Junior (FCC), Sabina Campagnani (FURNAS),
103 Tatiana Bastos (IDC), Esdras (FAMEJA), Uiara Martins (FONASC), Hendrik
104 Mansur (TNC), Marcelo Danilo (ANAGEA), Rodrigo Hosken (ABES), Mário
105 Amaro (Piraí), Ana Asti (SEAS), Hélio Vanderlei (INEA) e Orlando Pereira (AVV)
106 votaram a favor da prorrogação do prazo para a conclusão do GTRI, a pauta foi
107 aprovada com 12 votos. **4 - Aprovação da minuta de Resolução Guandu que**
108 **“Dispõe Sobre a Criação do Grupo de Trabalho Técnico de Segurança**
109 **Hídrica - GTTSH”:** Fátima Rocha (AGEVAP) informou que a minuta passou pela
110 CTIL-G onde recebeu algumas contribuições. Ana Asti (SEAS) contextualizou a



111 todos sobre o tema da Segurança Hídrica e da importância de um Grupo de
112 Trabalho técnico. Tatiana Bastos (IDC) se mostrou favorável à criação do grupo,
113 mas contra as regras estabelecidas e solicitou que a normativa fosse lida
114 novamente. Fátima Rocha (AGEVAP) realizou a leitura da resolução. Ana Asti
115 (SEAS) pediu contribuições para que as alterações fossem feitas. Tatiana Bastos
116 (IDC) considerou necessário manter a paridade, mantendo os atores escolhidos
117 por serem essenciais na discussão da segurança hídrica. Discordou da
118 participação do Ministério Público como integrante, por possíveis conflitos de
119 interesse, mas sim como observador. Ela sugeriu também unir os itens “i. 3 (três)
120 representantes da sociedade civil, sendo estes Sociedade Civil Organizada,
121 Sindicato e Moradores;” e “j. 1 (um) representante de instituição Ensino e
122 Pesquisa.” Licínio M. Rogério (FAM-RIO) questionou como as escolhas serão
123 feitas. Mayná Coutinho (CEDAE) afirmou que as atribuições do Grupo estavam
124 dentro das competências do Comitê, e pediu a Tatiana Bastos sinalizar caso
125 tivesse mais dúvidas, que quanto à composição, a previsão era um
126 representante da sociedade civil e pelo menos uma instituição de ensino e
127 pesquisa, que o que poderia ser feito era unir os dois, 4 representantes da
128 sociedade civil sendo pelo menos um, uma instituição de ensino e pesquisa,
129 conforme proposto por Tatiana Bastos. Gilvoneick Souza (Convidado)
130 questionou as regras sobre as inscrições de fala, e alegou não haver nada no
131 regimento sobre não membro não ter preferência na ordem das falas. Ele
132 mostrou preocupação com a participação das instituições que têm interesses
133 diretos dentro do processo, uma vez que podem se beneficiar por estarem
134 ligadas a um Comitê que aprova recursos, e levantou a necessidade de uma
135 auditoria. Concordou que o Ministério Público não deve fazer parte e questionou
136 novamente a presença da CEDAE - Saneamento na reunião. Sugeriu que tirem
137 as instituições com interesse direto no processo. Ana Asti (SEAS) respondeu
138 que a existência do grupo técnico é justamente um espaço para dialogar com
139 essas instituições. Gilvoneick Souza (Defensoria Ambiental) afirmou não ser
140 contra a criação do grupo. Ana Asti (SEAS) esclareceu que o Grupo de trabalho
141 não está conectado a uma Câmara Técnica e que não terá poder de voto, que
142 levará os assuntos para a Plenária. Uiara Martins disse não concordar com um
143 grupo de trabalho não estar associado a uma Câmara Técnica, criticou por não
144 ser paritário, e disse sentir falta da questão de convidados como FIOCRUZ,
145 Defesa Civil e outros, e que a manifestação de interesse deveria ser aberta para
146 que outros segmentos interessados participassem. Ana Asti (SEAS) disse ser
147 comum indicarem organizações que tenham importância naquele segmento



148 específico. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) afirmou que da forma como
149 estava apresentado na resolução abrangia os objetivos do projeto por já
150 contarem com atores estratégicos para o foco que pretendiam, ela reforçou estar
151 aberto para a inscrição da sociedade civil e que os atores pontuados ali como
152 Light, CEDAE, INEA, SEAS, são fundamentais para serem ouvidos dentro da
153 segurança hídrica no âmbito do Grupo. Explicou também que pontuar esses
154 atores estratégicos não é nada fora do comum, que isso ocorreu no Observatório
155 da Bacia e que a decisão final é da Plenária, disse não haver obrigatoriedade de
156 o grupo ser vinculado a alguma câmara técnica. Marcelo Danilo (ANAGEA)
157 contextualizou Tatiana Bastos e Uiara Martins sobre a criação do grupo, como
158 coordenador da CTSB. Explicou que já havia um grupo técnico no âmbito do
159 Estado que acompanhava a bacia do Guandu composto por INEA, SEAS, MP,
160 representações do Comitê Guandu, instituições universitárias, e outros
161 membros. Entendendo que o grupo seria extinto absorveu-se essa demanda
162 sabendo importância dessa gestão, o grupo criado vai encaminhar as demandas
163 e discussões para a Plenária. Rodrigo Hosken (ABES) pontuou que a ideia é ser
164 um grupo técnico e que na hora de pensar sua composição consideraram que
165 um grupo quando muito amplo, apresenta dificuldade de chegar a consensos
166 importantes e defendeu a participação do Ministério Público, uma vez que este
167 não iria tomar decisões, mas poderia indicar caminhos importantes entendendo
168 o que poderia ser melhor para todos. Hendrik Mansur (TNC) questionou a
169 justificativa para a composição do grupo e disse achar justo as propostas
170 chegarem com as instituições mencionadas e também com as justificativas para
171 sua participação e considera que o Comitê é soberano para decidir o que
172 encaminhar ou não para a Câmara Técnica, e que podem criar grupos de
173 trabalho sem vínculo com a câmara técnica e questionou a quem o Grupo irá
174 responder, se à Câmara Técnica ou à Assembleia. Defendeu a paridade e
175 apontou a importância desse grupo no papel de mediar conflitos. Uiara Martins
176 (FONASC) sugeriu à Ana Asti (SEAS) que, enquanto Diretora Executiva, fizesse
177 um levantamento de em quantas Plenárias um Grupo de Trabalho apresentou
178 resultados e trabalho, para entender porque defende que estejam associados às
179 Câmaras Técnicas. Disse não estar questionando nomes, mas o processo de
180 escolha. Lembrou que muitos escolhidos estavam no Comitê quando houve o
181 problema da Geosmina, tinham assento na Diretoria. Tatiana Bastos (IDC) disse
182 que não há paridade e sugeriu que se exclua o MP deve-se então inserir um
183 artigo de convite para toda reunião deste GT, concordou que o grupo deve estar
184 atrelado à Câmara Técnica de Saneamento Básico, e disse ser contrária a certas



185 indicações e acredita ser necessário mudar a redação. Esdras Silva (FAMEJA)
186 disse acreditar que a composição seja muito direcionada, citou a falta de certas
187 prefeituras e defendeu a necessidade de ser paritário, portanto, neste formato,
188 acredita que deva ser ligado à Câmara Técnica. Gilvoneick Souza (Defensoria
189 Socio Ambiental) questionou a capacidade de fiscalização das instituições.
190 Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) disse reconhecer que seria importante atrelar o
191 GT à Câmara Técnica de Saneamento. Ana Asti (SEAS/RJ) conduziu então a
192 reunião para uma proposta de encaminhamento, acreditando não haver ainda
193 maturidade para uma votação na resolução, devido aos diversos pontos a serem
194 ajustados. Mayná Coutinho (CEDAE) sugeriu que fizessem uma conjunta CTSB
195 e CTIL-G e que as propostas sejam enviadas antes para que sejam debatidas.
196 Disse concordar com a conjunta para decidir o melhor encaminhamento para o
197 pertencimento do grupo. Tatiana Bastos (IDC) solicitou a priorização do GT no
198 retorno da Conjunta. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) reforçou a importância de
199 seguir uma sequência, mas assegurou que a pauta será priorizada na próxima
200 Plenária. **Encaminhamento: Retornar a minuta de Res que cria o GTTISH**
201 **para novo estudo da CTIL-G para ajustes, em reunião conjunta com a**
202 **CTSB. 5 - Apresentação do Relatório Anual de Implementação do PERH**
203 **Guandu - 2021 - GAP.** Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) assumiu a condução da
204 reunião e Fátima Rocha (AGEVAP) deu continuidade à apresentação do item de
205 pauta. Uiara Martins (FONASC) sinalizou sua saída da reunião e levantou a
206 problemática das reuniões estarem durando mais tempo que o previsto. Marcelo
207 Danilo (ANAGEA-RJ) questionou aos membros se concordavam em estender a
208 reunião por mais uma hora e esclareceu que a presente reunião era continuidade
209 da última realizada. Antônio Mendes (AGEVAP) iniciou a apresentação do
210 Relatório Anual de Implementação do PERH Guandu - 2021, apresentando uma
211 média geral de 80% de implementação. Não houve comentários dos membros
212 durante a apresentação. Gilvoneick Souza (Defensoria Socioambiental) disse
213 que acrescentaria a quantidade de recursos, e lembrou da necessidade de uma
214 auditoria externa no Comitê Guandu por conta dos recursos que saem, e quais
215 são os resultados alcançados rumo a melhoria da qualidade hídrica da bacia.
216 Hendrik Mansur (TNC), como Coordenador do Grupo de trabalho de
217 Infraestrutura Verde sinalizou o gargalo na falta de estrutura da AGEVAP quanto
218 ao pessoal disponível para sua área. Uiara Martins (FONASC) reforçou a
219 necessidade da AGEVAP disponibilizar uma equipe que possa atender o Comitê
220 e disse que deve ser criada uma auditoria externa através de resolução
221 encaminhada a CTIL. Hélio Vanderlei (INEA) apontou que existe a contratação



222 de uma empresa para fazer a auditoria externa na AGEVAP, que deveria estar
223 disponível para que todo cidadão tenha acesso ao relatório. Marcelo Danilo
224 (ANAGEA-RJ) perguntou à Secretaria Executiva se esse documento está
225 disponível. Antônio Mendes (AGEVAP) respondeu ao Hendrik Mansur que a
226 AGEVAP perdeu muitos profissionais após as concessões e falou da dificuldade
227 da AGEVAP e que seu regime de contratação dificulta a chegada de novos
228 profissionais, lembrou que no processo em andamento está previsto mais um
229 profissional para atender a Agenda de Infraestrutura Verde e que os profissionais
230 que faltam não são da área mencionada. Afirmou que a AGEVAP possui
231 auditoria interna e externa e que as prestações de contas são enviadas para
232 todos os órgãos de fiscalização e que fará com que todos esses dados cheguem
233 até eles. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) perguntou novamente a respeito das
234 auditorias, onde estão disponíveis essas informações, Antonio Mendes
235 (AGEVAP) respondeu que até o final da reunião serão informados. Marcelo
236 Danilo (ANAGEA-RJ) sugeriu que haja um campo exclusivo com tais
237 informações. Hendrik Mansur (TNC) disse concordar em partes com a fala do
238 Antônio Mendes a respeito das contratações. Luiz Fernando (Embrapa) explicou
239 a atuação do GAP e a forma como são acompanhadas as ações do MOP.
240 Lembrou que com a redução de colaboradores da AGEVAP, os que ficaram se
241 dobram para dar conta das demandas. Antonio Mendes (AGEVAP) informou que
242 a auditoria externa da AGEVAP é trimestral, abrange seus 17 comitês e informou
243 que irão verificar como disponibilizar esses pareceres no site. Fátima Rocha
244 (AGEVAP) lembrou que os relatórios de implementação ficam no site e que este
245 apresentado hoje também será inserido. **6 - Aprovação de ajustes no ACT de
246 parcerias com a ABES, aprovado pela Plenária.** Fátima Rocha (AGEVAP)
247 informou que o documento já havia sido aprovado, mas foi verificado que havia
248 uma cláusula que precisava de cautela. A cláusula em questão é referente ao
249 local de realização e sua abrangência, pois o evento de 55 anos da ABES e 20
250 anos do Guandu será realizado na sede da FIRJAN, no centro do Rio, não sendo
251 um local de abrangência da Região Hidrográfica II. Solicitou então que o ajuste
252 fosse realizado pela Plenária. Antônio Mendes (AGEVAP) complementou que o
253 local foi cedido e aceito devido às facilidades financeiras e logísticas. Marcelo
254 Danilo (ANAGEA-RJ) fez uma breve contextualização sobre o local do evento e
255 reforçou que embora a Região Hidrográfica II seja ampla, seus municípios não
256 possuem a mesma facilidade de acesso que o centro do Rio. Uiara Martins
257 (FONASC) lembrou que o nome do Paulo de Tarso deve ser retirado e
258 questionou não haver uma apresentação formal aos membros sobre o evento



259 em questão. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) informou que a apresentação não
260 aconteceu devido a pendência quanto à ratificação do local. Mauro Pereira
261 (Defensores do Planeta) disse que o Comitê deve preconizar a realização de
262 eventos dentro de territórios da bacia e disse que caso não tenham
263 conhecimento dos locais, com certeza os membros poderão indicá-los. Antonio
264 Mendes (AGEVAP) explicou à Uiara que o escopo do evento está no acordo de
265 cooperação técnica aprovado em dezembro, que é o Sistema de Coleta em
266 Tempo Seco e explicou que a ABES já realizaria o evento e o Comitê entrou
267 como convidado, e que o acordo de cooperação técnica define as incumbências
268 do comitê, não cabendo a ele a escolha do local. Informou também que a
269 divulgação acontecerá após a definição da programação. Marcelo Danilo
270 (ANAGEA-RJ) fez outras considerações, como a comemoração dos 20 anos do
271 Comitê. Uiara Martins (FONASC) perguntou sobre a possibilidade de o comitê
272 receber um número de convites para encaminhar às pessoas atuantes. Fátima
273 Rocha (AGEVAP) questionou se irão retirar o trecho que delimita o local da
274 realização do evento. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) respondeu não saber se
275 colocava a pauta do local para aprovação e para que os eventos sejam
276 realizados realmente dentro da Região Hidrográfica II. Hélio Vanderlei (INEA)
277 questionou o que precisava ser aprovado, não tendo o Comitê colocado recurso
278 financeiro e não tendo ocupação na mesa. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ)
279 confessou também estar confuso quanto à participação do Comitê e pediu ajuda
280 a Antônio Mendes, que explicou que, sendo parceiro no evento, o Comitê irá
281 fornecer alguns serviços e participará de debates junto de outros atores. Uiara
282 Martins (FONASC) e Mauro Pereira (Defensores do Planeta) questionaram o
283 comitê movimentar recursos fora da região da Bacia Hidrográfica. Antônio
284 Mendes (AGEVAP) esclareceu que isso já havia sido aprovado e que o Município
285 do Rio pode receber sim recurso da Bacia, e que só não poderia desenvolver
286 projetos fora deste território. Hendrik Mansur (TNC) lembrou que se absteve
287 quando tal acordo foi aprovado e lembrou que em outros eventos investiram
288 recursos fora da bacia. Uiara Martins (FONASC) criticou a alteração do item
289 próximo da data do evento. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) se mostrou
290 insatisfeito com o fato do aniversário do Comitê ser comemorado fora da região
291 da Bacia e sem o envolvimento dos membros na organização. Marcelo Danilo
292 (ANAGEA-RJ) perguntou se ainda havia quórum para a votação, Fátima Rocha
293 (AGEVAP) informou que não e que ainda restavam quatro itens de pauta. Fátima
294 Rocha (AGEVAP) explicou que poderiam solicitar aprovação Ad Referendum à
295 Diretoria. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) convocou o restante dos membros a se



296 posicionarem sobre o Ad Referendum. Uiara Martins (FONASC) esclareceu não
297 ter sido um problema causado pelo Comitê, e sim pela ABES. Gilvoneick Souza
298 (Defensoria Socio Ambiental) questionou as prioridades das discussões e
299 questionou a rotatividade dos membros nas reuniões. Marcelo Danilo (ANAGEA-
300 RJ) questionou aos membros se poderia encaminhar a questão do item 4 do
301 evento para Ad Referendum, Uiara Martins (FONASC) concordou e esclareceu
302 novamente que quem criou o problema foi a ABES. **Encaminhamento: Ajuste**
303 **de local no ACT do Evento Abes: aprovação Ad Referendum, e referendar**
304 **na próxima plenária em concordância com os membros ainda presentes**
305 **nessa RE; 7 - Informe sobre a participação e representação do Comitê**
306 **Guandu no Fórum Mundial da Água em 2022, no Senegal.** Antônio Mendes
307 (AGEVAP) informou a impossibilidade da participação dos membros no evento
308 devido ao formato presencial. Uiara Martins (FONASC) sugeriu que discutam o
309 retorno das atividades presenciais. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) esclareceu
310 aos membros que irão pensar formas de ampliar a participação dos membros
311 nos eventos, e que optou por aguardar a presença de Nelson Reis (OMA-Brasil)
312 na próxima reunião para os informes referentes à participação do Comitê na
313 Expedição Nascentes Paraíba, que seria o item de pauta nº 8. Gilvoneick Souza
314 (Defensoria Socio Ambiental) sugeriu a prestação de contas na transição de um
315 mandato a outro e questionou novamente a presença da CEDAE - Saneamento
316 na reunião. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) informou terem alcançado o máximo
317 de itens da pauta na reunião, e reiterou que a ratificação referente ao evento
318 ABES será encaminhada para AD Referendum e passou também os informes
319 da Expedição para a próxima reunião. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que
320 entraria na pauta para a próxima Reunião Ordinária em maio. Uiara Martins
321 (FONASC) sugeriu atividades para o próximo mandato e reforça o tema da
322 auditoria. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) explicou que há CEDAE-
323 Saneamento em alguns municípios da bacia e por isso o acento ainda existe,
324 esclarecendo os questionamentos do Gilvoneick Souza sobre a cadeira da
325 CEDAE, que contestou a informação. Uiara Martins (FONASC) sugeriu repensar
326 a construção da pauta, em seguida Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) agradeceu as
327 contribuições e encerrou a reunião às 17h47min. **Encaminhamentos: 1 –**
328 **Retornar a minuta de Res que cria o GTTISH para novo estudo da CTIL-G**
329 **para ajustes, em reunião conjunta com a CTSB; 2 – Ajuste de local no ACT**
330 **do Evento Abes: aprovação Ad Referendum, e referendar na próxima**
331 **Plenária em concordância com os membros ainda presentes nessa RE; 3 -**
332 **Adiar os Itens 8 e 9 para a RO Plenária de 27/05/2022: apresentação do**



333 **Parecer e os apoios oferecidos ao Expedição Nascentes do Paraíba.** Eu,
334 Débora Uhlmann Ferreira (BUMERANGUE), tomo a termo esta ata que segue
335 assinada por:

336

Ana Asti
Diretora Executiva

Marcelo Danilo Bogalhão
Diretor

337

338

339 **Membros presentes:**

340

341 Lucas Tadeu Bergamim Arrosti (Iguá Rio de Janeiro); Caroline Lopes Santos
342 (AEGEA); Celso Rodrigues da Silva Junior (FCC); Josiane da Silva Luz
343 (ASDINQ); Sabina Campagnani (FURNAS); Mayná Moraes Coutinho Moraes
344 (CEDAE-Saneamento) ; Marcelo Danilo da Silva Bogalhão (ANAGEA); Hendrik
345 Lucchesi Mansur (TNC); Rodrigo Santos Hosken (ABES); Uiara Martins
346 (FONASC); Mario Luiz Dias Amaro (P.M. Piraí); Tatiana Bastos (IDC); Esdras
347 da Silva (FAMEJA); Licínio Machado Rogério (FAM-Rio); Orlando de Souza
348 Pereira (ACVV); Mauro André dos Santos Pereira (Defensores do Planeta);
349 Andreia Loureiro (Queimados); Evandro da Silva Batista (Rio Claro); Ana
350 Larronda Asti (SEAS); Luiz Fernando Duarte Moraes (Embrapa); Marco Antonio
351 Barbosa (CREA).

352

353 **Convidados:**

354 Amanda Resende-AGEVAP; Antonio Souza (AGEVAP); Jéssica Queiroga
355 (AGEVAP); Fatima Rocha (AGEVAP); Maria Adelaide (AGEVAP); Rayssa





- 356 Assessoria Jurídica (AGEVAP); Vanessa Matos Gomes (AGEVAP); Brenda
357 Samara (FONASC); Gilvoneick de Souza (Defensoria Sócio Ambiental).